



## **NOTA TÉCNICA Nº 01/2017/ PROPLAN**

INTERESSADOS: GABINETES DE PROJETOS E COORDENADORES DE PROJETOS

### **1. ASSUNTO**

1.1. Sobre a obrigatoriedade, no caso de projetos contemplado em Editais, de atendimento ao plano de aplicação e os casos de necessidade de readequação dos respectivos planos de aplicação.

### **2. MOTIVAÇÃO**

2.1. Dúvidas suscitada em reunião com Gabinetes de Projetos, proveniente de sua operação diária.

### **3. ANÁLISE**

3.1 A Lei que estabelece as diretrizes da execução orçamentária anual é a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, a qual estabelece o que é projeto.

...projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo...(Lei n. 13.408/2016, Art. 5º,X).

3.2 Segundo legislação que trata da execução descentralizada, a mesma deve ser amplamente incentivada, porém obedecer a programação pactuada.

(...) Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;(...)

(...) Art. 11. A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.(...)

(...)Art. 18. Toda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso.(Decreto-lei n. 200/67).

3.3 Alterações na programação orçamentária dependerão do tipo de instrumento pactuado e de autorização órgão concedente se utilizando do princípio da discricionariedade, uma vez que implicará em ajuste dos termos delegados.

Discricionariedade é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, ou seja, a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito. É, portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei, pois estes critérios não estão definidos em lei (Hely Lopes Meirelles).

#### **4. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, alterações na execução orçamentária dos projetos contemplados em editais deverão ser realizadas mediante comunicação e anuência do Órgão Concedente.

Santa Maria, 14 de agosto de 2017.

FRANK LEONARDO CASADO  
Pró-Reitor de Planejamento